



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 709303

Natureza: Prestação de Contas – Executivo Municipal

Jurisdicionado: Município de Caraí

Exercício: 2005

Senhor Relator,

1. O Tribunal de Contas, na sessão de 25/09/2014, emitiu Parecer Prévio pela rejeição das contas (f. 96/99), e comunicou ao Presidente da Câmara, para o julgamento pelo Legislativo Municipal.

- 2. Vieram os autos a este Ministério Público para análise da legalidade do referido julgamento.
- 3. O Legislativo Municipal, composto de 9 (nove) vereadores, julgou as referidas contas, na sessão do dia 21/05/2015, conforme Ata e Resolução n. 01/2015 (f. 107/111).
- 4. Com a presença de 9 (nove) edis, as contas foram aprovadas por 4 (quatro) votos e rejeitadas por 4 (quatro) votos, incluindo o voto do Presidente e uma abstenção. Não havendo quórum qualificado, deve prevalecer o Parecer Prévio do Tribunal.
- 5. Considerando que o julgamento realizado pelo Legislativo Municipal atendeu aos preceitos legais, em especial ao art. 31 da CR/88 c/c, o art. 44 da Lei Complementar n. 102/08, o Ministério Público de Contas encaminha o processo para arquivamento.

Belo Horizonte, 18 de junho de 2015.

Daniel de Carvalho Guimarães

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas (Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)